

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

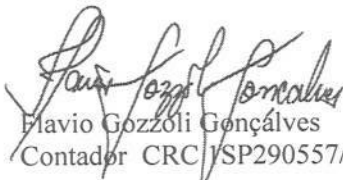


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDBrasil Cultura, Educação e Esporte em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC SP290557/O-2

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Recursos vinculados a projetos	4	6.562	7.486	Fornecedores e outras contas a pagar		66	76
Contas a receber		157	89	Obrigações tributárias		8	66
Outros créditos		54	31	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.037	864
Despesas antecipadas		52	52	Projetos vinculados a executar	6	5.714	6.652
Total do ativo circulante		6.825	7.658	Total do passivo circulante		6.825	7.658
Imobilizado Intangível	5	1.271	577	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6	1.297	614
Total do ativo não circulante		1.297	614	Total do passivo não circulante		1.297	614
				Patrimônio líquido	10	-	-
				Superávit/déficit acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo		8.122	8.272	Total do passivo		8.122	8.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Receitas com restrições			
Recursos do contrato de gestão		19.246	16.775
Rendimentos financeiros - contrato de gestão		634	303
Outras		<u>52</u>	<u>85</u>
	11	<u>19.932</u>	<u>17.163</u>
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)	12	2.919	1.580
Rendimentos financeiros - (Leis de incentivo)	12	<u>32</u>	<u>27</u>
Total das Receitas		<u>22.883</u>	<u>18.770</u>
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	13	(10.571)	(9.275)
Serviços prestados por terceiros	14	(6.199)	(5.794)
Gerais e administrativas	15	(4.995)	(2.806)
Energia elétrica e telecomunicações		(801)	(598)
Impostos, taxas e contribuições		(13)	(23)
Depreciação e Amortização		<u>(209)</u>	<u>(170)</u>
Resultado operacional antes das despesas financeiras		<u>(22.788)</u>	<u>(18.666)</u>
Despesas financeiras		<u>(95)</u>	<u>(104)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Déficits/superávits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	209	170
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	924	(2.960)
Contas a receber	(68)	111
Outros créditos	(23)	36
Despesas antecipadas	-	(10)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	(10)	(52)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	173	113
Obrigações tributárias	(58)	19
Projetos vinculados a executar	(938)	2.742
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	683	75
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	892	244
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(892)	(244)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(892)	(244)
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (“Entidade”), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol (“MDF”) e Museu da Língua Portuguesa (“MLP”).

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.
- b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.
- c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.
- d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.
- e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização das mesmas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.
- f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.
- g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.
- h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.
- i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBRASIL.
- j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.
- k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

Vide dados sobre os contratos de gestão na Nota Explicativa nº 6.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento

inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 ½ anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve atividades de trabalho voluntário.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras

i. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol (“MDF”) como para o Museu da Língua Portuguesa (“MLP”), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Caixa	14	6	20	14	6	20
Banco conta movimento	150	2.161	2.311	1.580	1.200	2.780
Aplicações financeiras	2.892	1.339	4.231	3.375	1.311	4.686
	<u>3.056</u>	<u>3.506</u>	<u>6.562</u>	<u>4.969</u>	<u>2.517</u>	<u>7.486</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa Certificado de Depósito Interbancário - CDI que varia entre 95% a 99% durante o exercício de 2014 e 2013.

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2014	2013
Móveis e utensílios	10%	323	(125)	198	203
Equipamentos de informática e comunicação	20%	617	(258)	359	166
Equipamentos de telefonia	20%	37	(32)	5	9
Máquinas e Equipamentos	10%	774	(80)	694	151
Instalações	10%	195	(180)	15	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18%	-	-	-	44
		<u>1.946</u>	<u>(675)</u>	<u>1.271</u>	<u>577</u>

Movimentação do ativo imobilizado

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Móveis e utensílios	241	55	-	296
Equipamentos de informática e comunicação	237	104	-	341
Equipamentos de telefonia	37	-	-	37
Máquinas e Equipamentos	111	78	-	189
Instalações	4	-	-	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	190	-	-	190
	<u>820</u>	<u>237</u>	<u>-</u>	<u>1.057</u>

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Móveis e utensílios	(68)	(25)	-	(93)
Equipamentos de informática e comunicação	(121)	(54)	-	(175)
Equipamentos de telefonia	(22)	(7)	-	(29)
Máquinas e Equipamentos	(22)	(16)	-	(38)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(111)	(34)	-	(145)
	<u>(344)</u>	<u>(136)</u>	<u>-</u>	<u>(480)</u>
Saldo líquido	<u>476</u>	<u>101</u>	<u>-</u>	<u>577</u>

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Transferencias	Saldo em 31/12/2014
Móveis e utensílios	296	27	-	-	323
Equipamentos de informática e comunicação	341	276	-	-	617
Equipamentos de telefonia	37	-	-	-	37
Máquinas e Equipamentos	189	588	(3)	-	774
Instalações	4	1	-	190	195
Benfeitorias em imóveis de terceiros	190	-	-	(190)	-
	<u>1.057</u>	<u>892</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>1.946</u>

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Transferencias	Saldo em 31/12/2014
Móveis e utensílios	(93)	(32)	-	-	(125)
Equipamentos de informática e comunicação	(175)	(83)	-	-	(258)
Equipamentos de telefonia	(29)	(5)	2	-	(32)
Máquinas e Equipamentos	(38)	(42)	-	-	(80)
Instalações	-	-	-	(180)	(180)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(145)	(35)	-	180	-
	<u>(480)</u>	<u>(197)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(675)</u>
Saldo líquido	<u>577</u>	<u>695</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1.271</u>

6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

ID Brasil Cultura, Educação e Esporte
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldos em 2013	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos	Receitas Financeiras	Consumo e imobilizações	Devoluções	Saldos em 2014
Museu do Futebol							
Contrato de Gestão (a)	3.284	9.994	1.919	424	(12.315)	-	3.306
Pronac - Futebol na ponta dos dedos (c)	159	-	-	1	-	(160)	-
Pronac Plano anual 2013 - 128783 (c)	1.557	150	-	26	(1.728)	(5)	-
Museu do Futebol	5.000	10.144	1.919	451	(14.043)	(165)	3.306
Museu da Língua Portuguesa							
Contrato de Gestão (b)	1.076	8.715	1.054	214	(7.654)	-	3.405
Pronac Plano anual 2013 - 128832 (d)	1.190	-	-	1	(1.186)	(5)	-
Pronac Plano anual 2015 - 1411693 (d)	-	300	-	-	-	-	300
Museu da Língua Portuguesa	2.266	9.015	1.054	215	(8.840)	(5)	3.705
Total	7.266	19.159	2.973	666	(22.883)	(170)	7.011
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado	(614)	-	-	-	(683)	-	(1.297)
Projetos a executar	6.652						5.714

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

a. Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MDF)

A Entidade firmou Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período aproximado de 51 meses a partir de 9 de setembro de 2011. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu do Futebol”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No mês de dezembro de 2014, foi celebrado o 4º (quarto) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu do Futebol por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura mantendo o Anexo II - Sistema de Pagamento com importância global estimada em R\$39.543.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 39.543 que será recebida da seguinte forma:

Exercícios

2011	3.267
2012	8.166
2013	8.546
2014	9.994
2015	9.570
	<hr/>
	39.543

Durante o exercício de 2014, a Entidade recebeu R\$ 9.994 (R\$ 8.546 em 2013) decorrentes deste Contrato de Gestão.

Para o exercício de 2015, do total do repasse no valor de R\$ 9.570, o valor de R\$ 770 será proveniente do saldo financeiro remanescente do exercício de 2014 e será destinado a compor o orçamento de 2015 do Contrato de Gestão.

b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)

A Entidade firmou Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 53 meses a partir de 01 de julho de 2012. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu da Língua Portuguesa”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalado o Museu da Língua Portuguesa, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No mês de janeiro de 2015, foi celebrado o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu da Língua Portuguesa por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura mantendo o Anexo II - Sistema de Pagamento com importância global estimada em R\$ 32.207.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 32.207 que será recebida da seguinte forma:

Exercícios	
2012	3.000
2013	6.600
2014	8.715
2015	6.946
2016	6.946
	<hr/>
	32.207
	<hr/>

Durante o exercício de 2014, a Entidade recebeu R\$ 8.715 (R\$ 6.600 em 2013) decorrentes deste Contrato de Gestão.

Para o exercício de 2015, do total do repasse no valor de R\$ 6.946, o valor de R\$ 830 será proveniente do saldo financeiro remanescente do exercício de 2014 e será destinado a compor o orçamento de 2015 do Contrato de Gestão.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2014 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 19 de maio, 14 de agosto e 17 de novembro de 2014 (MDF), e 19 de maio, 14 de agosto e 18 de novembro (MLP). As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MDF e MLP, serão enviadas em fevereiro de 2015.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

c. Leis de incentivo fiscal (MDF)

PRONAC - Futebol na ponta dos dedos

O projeto Futebol na Ponta dos Dedos (Pronac 1012812), consistiu na publicação de um Livro/Catálogo - com texto ampliado, aplicação de relevo em resina nas imagens, e em Braille. Esta publicação conta um pouco da história do futebol nacional, sua relação com o imaginário social e cultural do povo brasileiro através do acervo disponível do Museu do Futebol. É uma publicação direcionada ao público em geral, acessível ao deficiente visual. Valor aprovado do projeto R\$ 491 e valor captado R\$ 490.

PRONAC -128783 - Plano anual 2013

Plano Anual 2013 do Museu do Futebol (Pronac 128783), contemplou as áreas de exposições, programação cultural, pesquisa e documentação, manutenção e programação educativa. Os projetos que compõem o Plano Anual visaram a dar continuidade, melhorar a qualidade e diversificar a programação do Museu do Futebol. Valor aprovado R\$ 5.409. Durante o exercício de 2013, a Entidade captou R\$ 1.557. A execução do projeto foi prorrogada pelo MINC para 31 de março de 2014.

PRONAC - 1410879 - Plano Anual 2015

O Plano Anual 2015 do Museu do Futebol contempla as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção. Os projetos que compõem o Plano Anual visam a continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação do Museu. Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.528. Não houve captação durante o exercício de 2014.

d. Leis de incentivo fiscal (MLP)

PRONAC - 128832 - Plano Anual 2013

O Plano Anual 2013 do Museu da Língua Portuguesa (Pronac 128832), executado no exercício de 2014 com aprovação do MINC (Ministério da Cultura), contemplou as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção. Os projetos que compuseram o Plano Anual visaram a continuidade, a melhoria da qualidade e a diversificação da programação do Museu. Valor aprovado do projeto foi de R\$ 10.546. Valor captado durante o exercício de 2013, R\$ 2.080 (nenhum valor captado em 2014).

PRONAC - 1411693 - Plano Anual 2015

O Plano Anual 2015 do Museu da Língua Portuguesa (Pronac 1411693), contempla as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção. Os projetos que compõem o Plano Anual visam a continuidade, a melhoria da qualidade e a diversificação da programação do Museu.. Valor aprovado do projeto foi de R\$ 6.723. Valor captado durante o exercício de 2014, R\$ 300.

7 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Provisão de férias	560	287	847	384	243	627
INSS a recolher	95	-	95	98	65	163
FGTS a recolher	36	-	36	-	22	22
IRRF a recolher	55	-	55	36	11	47
PIS Folha de Salário a recolher	4	-	4	3	2	5
	<u>750</u>	<u>287</u>	<u>1.037</u>	<u>521</u>	<u>343</u>	<u>864</u>

8 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade é parte (pólo passivo) em 05 ações de natureza trabalhista, que totalizam R\$ 82 (R\$ 15 em 2013), sendo um processo no valor de R\$ 30 com início em dezembro de 2014 aguardando julgamento, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível por seus assessores jurídicos para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

9 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

11 Receitas operacionais - contrato de gestão

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Contrato de Gestão	9.971	6.386	16.357	8.043	6.278	14.321
Venda de ingressos (i)	731	562	1.293	696	638	1.334
Locação de espaços (ii)	689	-	689	644	-	644
Eventos	311	52	363	364	10	374
Receitas Financeiras (iv)	419	215	634	220	83	303
Doações (iii)	132	412	544	39	63	102
Outras	40	12	52	29	56	85
	<u>12.293</u>	<u>7.639</u>	<u>19.932</u>	<u>10.035</u>	<u>7.128</u>	<u>17.163</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

12 Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Pronac - 128783	1.728	-	1.728	-	-	-
Pronac - 128832	-	1.191	1.191	-	1.192	1.192
Pronac - Será que foi seu juiz?	-	-	-	282	-	282
Pronac - Futebol na ponta dos dedos	-	-	-	76	-	76
Pronac - Vestiário	-	-	-	30	-	30
Receitas Financeiras	17	15	32	14	13	27
	<u>1.745</u>	<u>1.206</u>	<u>2.951</u>	<u>402</u>	<u>1.205</u>	<u>1.607</u>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

13 Despesas com pessoal

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Salários	3.350	2.241	5.591	2.844	2.075	4.919
Encargos Sociais	1.383	948	2.331	1.235	864	2.099
Benefícios	806	586	1.392	646	527	1.173
Férias e 13o Salário	773	484	1.257	641	443	1.084
	<u>6.312</u>	<u>4.259</u>	<u>10.571</u>	<u>5.366</u>	<u>3.909</u>	<u>9.275</u>

14 Prestadores de serviços

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Segurança e vigilância	957	880	1.837	1.081	864	1.945
Portaria	487	303	790	386	277	663
Limpeza	443	266	709	515	249	764
Administração / RH	409	19	428	216	108	324
Bombeiros	281	114	395	218	109	327
Manutenção e locação de equipamentos	288	-	288	74	81	155
Coordenadores	185	-	185	-	27	27
Consultoria	179	-	179	15	-	15
Jurídico	76	72	148	86	58	144
Produtor	124	12	136	-	49	49
Criação Gráfica/Arte	78	-	78	126	47	173
Contabilidade	49	29	78	93	35	128
Auditoria	44	33	77	57	33	90
Curadoria	15	55	70	38	190	228
Desenvolvimento de projetos	-	-	-	-	140	140
Demais serviços	761	40	801	204	418	622
	<u>4.376</u>	<u>1.823</u>	<u>6.199</u>	<u>3.109</u>	<u>2.685</u>	<u>5.794</u>

15 Gerais e administrativas

	2014			2013		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Despesas Administrativas	710	229	939	537	262	799
Programa Exposição e Programa Cultural (a)	817	956	1.773	20	11	31
Programa Edificação/Conservação/Manutenção/Segurança (a)	578	681	1.259	291	343	634
Programa de Comunicação (a)	372	168	540	57	37	94
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	38	181	219	166	13	179
Programa Acervo: Conservação e Documentação (a)	92	126	218	24	15	39
Programa Apoio ao SISEM-SP (a)	41	6	47	287	743	1.030
	<u>2.648</u>	<u>2.347</u>	<u>4.995</u>	<u>1.382</u>	<u>1.424</u>	<u>2.806</u>

(a) A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Programa Exposição e Programa Cultural (a)		Programa Edificação / Conservação / Manutenção / Segurança (a)		Programa de Comunicação (a)		Programa de serviço educativo e projeto especial (a)		Programa Acervo: Conservação e Documentação (a)		Programa Apoio ao SISEM-SP (a)	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	271	36	-	137	-	-	-	-
Materiais	-	-	108	165	4	130	-	-	-	47	-	-
Manutenção predial	-	-	209	359	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de equipamentos	56	96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Locação de equipamentos	6	-	40	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Instalações elétricas	-	-	178	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrutura de exposição	591	793	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com segurança	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-
Criação gráfica / arte	6	2	-	-	61	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação visual	-	-	2	-	-	-	14	-	6	-	23	-
Outras despesas	158	65	41	57	34	2	24	44	86	79	18	6
	817	956	578	681	372	168	38	181	92	126	41	6

16 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

17 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013.

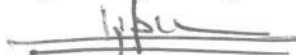
18 Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por: R\$ 85.000 para coberturas gerais, R\$ 3.500 para lucros cessantes e R\$ 1.000 para responsabilidade civil.


19 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 e 2013 caso a obrigação fosse devida. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 903 em 2014 e R\$ 806 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$ 665 em 2014 e R\$ 571 em 2013; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 0 em 2014 e R\$ 0 em 2013. Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

* * *



Luiz Laurent Bloch
Diretor Executivo



Vitória Boldrin
Diretora



Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3